



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Liz-Elainne de Silvério e Oliveira Mendes²

Unidade: Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente – NEVESCA

Período: 1º semestre/2018

Metas estipuladas para o período
<ul style="list-style-type: none">• Realizar curso sobre a Lei nº 13.431, que estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.• Integrar grupo de trabalho com o objetivo de estudar e discutir, interna e externamente, propostas para o cumprimento efetivo da Lei n. 13.431/17 no DF.• Desenvolver curso de capacitação para os Conselheiros Tutelares sobre a temática dos direitos de crianças e adolescentes com identidades de gênero em trânsito.• Fiscalizar os serviços da rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.• Acompanhar o plano de expansão de atendimento dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAVs/SES-DF).• Acompanhar as ações da Secretaria de Estado de Saúde relativas ao atendimento de crianças diagnosticadas com ADS – Alteração do Desenvolvimento Sexual.

¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).

² O Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos acumula as atribuições do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED e do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – NEVESCA. O presente relatório trata, exclusivamente, das atividades do NEVESCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Reuniões realizadas

08 a 19/01 – Período de férias.

23/01 – Reunião com o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública para tratar da capacitação de Conselheiros Tutelares quanto à temática dos direitos de crianças e adolescentes com identidades de gênero em trânsito, objeto do PA n. 08190.168534/17-11.

24/01 – Reunião do Grupo de Trabalho Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

06/02 – Reunião com a Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cisdeca), o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, e representantes dos Conselhos Tutelares para discutir o atendimento de crianças e adolescentes com identidades de gênero em trânsito.

07/02 – Reunião com os palestrantes do Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, promovido pela Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA).

07/02 – Reunião do Grupo de Trabalho Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

08/02 – Reunião com a Promotora de Justiça Luisa de Marillac para tratar sobre a Lei n. 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

19/02 – Reunião com a Corregedoria-Geral da Polícia Civil para alinhar o entendimento quanto ao artigo 11 da Lei n. 13.341/2017, que trata do depoimento especial em sede de produção antecipada de provas.

22/02 – Reunião com representantes dos Conselhos Tutelares para discutir o atendimento de crianças e adolescentes com identidades de gênero em trânsito.

06/03 – Reunião com a Promotora de Justiça Luisa de Marillac, CREAS da Diversidade e Adolescente para tratar da capacitação de Conselheiros Tutelares quanto à temática dos direitos de crianças e



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

adolescentes com identidades de gênero em trânsito.

12/03 – Reunião com a Profa. Dra. Silvia Lordello da Universidade de Brasília para definir o projeto pedagógico do curso “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e os Desafios da Lei n. 13431/2017”, a ser promovido pelo NEVESCA em parceria com a ESMPU.

18 a 30/03 – Período de férias.

09/04 – Reunião com a Secretaria de Comunicação Social para tratar de campanha de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

10/04 – Reunião do Grupo de Trabalho Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

27/04 – 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Lei nº 13.431-2017, instituído pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da Portaria nº 540, de 24 de abril de 2018.

04/05 – Reunião com a coordenadora do Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência (Nupav), Fernanda Falcomer, para acordar o cronograma de visita aos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAVs), nos hospitais regionais.

09/05 – Reunião com a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e diversas ONGs para tratar da capacitação de Conselheiros Tutelares quanto à temática dos direitos de crianças e adolescentes com identidades de gênero em trânsito.

10/05 – Reunião com o Centro 18 de Maio para tratar do fluxo de atendimento.

21/05 – 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Lei nº 13.431-2017, instituído pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da Portaria nº 540, de 24 de abril de 2018.

22/05 – Reunião com o Juiz Assistente da Presidência do TJDF, Dr. Paulo Giodarno, para do depoimento especial em sede de produção antecipada de provas.

28/05 – Reunião entre MPDFT, TJDF e PCDF para tratar dos fluxos da escuta especializada e do depoimento especial nos termos da Lei n. 13.431/2017.

30/05 – Reunião junto à PDDC para ciência e propostas de ação a partir das conclusões do relatório final das auditorias cívicas de saúde realizadas pelo IFC nas unidades básicas de saúde de todo DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

14/06 – Visita técnica à DPCA para controle externo da atividade policial.

Principais procedimentos instaurados

- Procedimento nº 08190.059009/18-14, instaurado para verificar a recomposição e reestruturação do PAV Flor de Lis, tendo em vista a Recomendação nº 05/2014 PROSUS/NDH.
- Procedimento nº 08190.059015/18-17, instaurado para acompanhar projeto-piloto para construção de protocolo de encaminhamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na circunscrição judiciária de São Sebastião.
- Procedimento nº 08190.059039/18-85, instaurado para acompanhar as atividades do Grupo de Trabalho sobre a Lei nº 13.431-2017, instituído pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da Portaria nº 540, de 24 de abril de 2018.

Atos reputados relevantes

- Campanha informativa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes para mídias sociais, promovida em parceria com a Comunicação Social.
- Projeto entre os Promotores de Justiça Cíveis e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude e os Conselheiros Tutelares do Distrito Federal em parceria com o Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O objetivo do projeto é construir entendimentos quanto à atuação dos conselheiros Tutelares no que concerne à questões relacionadas à sexualidade e à identidade de gênero, na garantia dos direitos infanto-juvenis no Distrito Federal.

Cursos e palestras:

- 19/02 – Palestra “O Ministério Público e sua atuação nos casos de violência contra criança e adolescente”, ministrada no 1º Curso de Capacitação de Policiais para Realização de Depoimento Especial.
- 13/03 – Participação na mesa de abertura do 6º Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, promovido pela Secretaria de Estado de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

- 16/03 – Palestra “O contexto histórico e as inovações trazidas pela Lei 13.431/2017”, ministrada na Oficina Técnica sobre a Lei n. 13.431/17, promovida pela Secretaria-Executiva Psicossocial do MPDFT.
- 26/04 – Oficina sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, promovida pelo Núcleo Judiciário da Mulher (NJM/TJDFT).
- 09/05 – Palestra ministrada no encontro “Conhecendo a rede de enfrentamento à violência sexual”, promovido pelo Centro 18 de Maio.
- 15 a 17/05 – Curso “Violência sexual contra crianças e adolescentes e os desafios da Lei nº 13.431/2017”, promovido pelo NEVESCA em parceria com a Escola Superior do Ministério Público.
- 21/05 – Palestra “O processo de investigação e responsabilização de crimes sexuais contra crianças e adolescentes”, ministrada no 6º Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, promovido pela Secretaria de Estado Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.
- 23/05 – “Estudo de Casos para Conselheiros Tutelares”, promovido pelo Nevesca em parceria com a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.
- 06/06 – “Estudo de Casos para Conselheiros Tutelares”, promovido pelo Nevesca em parceria com a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.

Entrevistas concedidas a emissoras de rádio e televisão:

- 18/05 – Entrevista concedida à Band News sobre os percentuais de violência sexual contra crianças e adolescentes.